



POLICY UPDATE

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Sexta - feira, 18 de Fevereiro de 2022 | Ano 04, n.º 71 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

COM APOIO DO GOVERNO DO REINO UNIDO

CDD lança consulta e diálogo para promoção da transição energética inclusiva em Pemba



Capital da província de Cabo Delgado, a cidade de Pemba está a expandir-se rapidamente com um planeamento urbano limitado. Apesar da sua proximidade a uma das maiores reservas de gás natural de África, Pemba continua a enfrentar um acesso muito fraco à energia, com uso limitado de energias renováveis. Além disso, tendo em conta que a produção de gás leva a um maior desenvolvimento urbano, a questão de transição energética justa é fundamental para que a população local tenha acesso à energia acessível, confiável e sustentável.

Mas também é verdade que com o desenvolvimento dos projectos de gás natural liquefeito (LNG), Pemba tem potencial para tornar-se um centro internacional de energia, apesar da instabilidade e dos choques climáticos que destacaram as vulnerabilidades da cidade. Uma transição para um sistema de eletrificação inclusivo que forneça acesso à energia limpa e moderna permitirá não apenas reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar das pessoas, mas também a melhoria da produtividade económica e a resiliência climática.

Portanto, existe uma oportunidade de Moçambique usar as receitas geradas pelo gás para promover uma transição energética justa para a capital da província de Cabo Delgado, baseada no acesso inclusivo à energia de fontes sustentáveis e renováveis. Neste contexto, o Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD), com o apoio do Alto Comissariado Britânico em Moçambique, organizou o *webinar* de lançamento da “Consulta aos Cidadãos e Diálogo para Promoção de uma Transição Energética Inclusiva em Pemba”.

Trata-se de uma iniciativa que visa promover uma transição energética mais inclusiva e um desenvolvimento urbano sustentável para Pemba, liderando um processo de consulta aos cidadãos que encoraje um maior envolvimento e participação da sociedade civil. O evento teve lugar no dia 09 de Fevereiro de 2022 e contou com a participação do Alto Comissariado do Reino Unido em Moçambique, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, das autoridades municipais de Pemba, de especialistas do Instituto de Governação de Recursos Naturais do Uganda ((NRGI) e da Câmara de Energia de Moçambique.

Alta Comissária do Reino Unido em Moçambique – NneNne Iwuji-Eme

O Governo do Reino Unido, em parceria com a Cidade Aberdeen, está a apoiar o Município de Pemba a desenhar o seu plano de urbanização, uma iniciativa que se enquadra no objectivo de longo prazo de promover um desenvolvimento económico, prosperidade mútua e sistemas económicos inclusivos e sustentáveis. O plano de urbanização de Pemba irá criar um ambiente propício para investimento em sectores de infra-estruturas locais com impacto a nível regional, contribuindo para o aumento da produtividade e para estimular outros sectores de actividades.

A concretização deste plano representa um marco importante tanto para o Governo moçambicano como para o Governo do Reino Unido, sendo de destacar o facto de a sua operacionalização ser informada pelos interesses dos cidadãos a serem apresentados em consultas públicas. O plano em desenvolvimento con-



ta com contribuições informadas dos cidadãos que têm também a intenção de contribuir para acções de adaptação, mitigação e resiliência às mudanças climáticas e outros aspectos de planificação urbana.

Para as autoridades de Pemba, o plano constitui uma esperança de ver a capital de Cabo Delgado a tornar-se uma cidade energética, uma vez que o desenho do plano de urbanização e de infra-estruturas como componentes de transição energética irá permitir que adira à Parceria Mundial das Cidades Energéticas. Trata-se de uma parceria que conecta cidades energéticas para promover a produção de energias sustentáveis em benefício das comunidades. Tendo em conta os últimos eventos climáticos que afectaram a região, é importante a existência de um plano de urbanização e de infra-estruturas que seja um instrumento prático para a governação

da cidade de Pemba.

Assim, este plano irá providenciar uma estratégia para orientar o investimento em infra-estruturas de que a cidade necessita para concretizar as suas ambições, bem como ajudar a ser uma cidade sustentável e em crescimento. O Governo do Reino Unido organizou a Cimeira da Cop 26, na qual o Governo moçambicano esteve representado pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que anunciou que até 2030 Moçambique vai reverter a questão de desflorestamento e 72% da energia produzida no País será baseada na mistura de energias renováveis. O Governo do Reino Unido está comprometido em apoiar Moçambique no desenho de um plano que vai permitir usar as receitas de LNG de modo a construir resiliência, capacidade adaptativa às mudanças climáticas e melhorar o acesso à energia, incluindo energias mais limpas.

Secretário Permanente do Ministério dos Recursos Minerais e Energia – Prof. Doutor Teodoro Vales

O Governo elegeu quatro áreas prioritárias para o desenvolvimento socioeconómico e social de Moçambique, nomeadamente energia, agricultura, infra-estruturas e turismo. O Programa Quinquenal do Governo 2020 – 2024 definiu como objectivo central adoptar uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar a geração de renda e garantir mais oportunidades de emprego, sobretudo para os jovens.

Para a prossecução deste objectivo, no domínio da infra-estrutura económica e social foi estabelecida a seguinte opção estratégica: priorizar o investimento em infra-estruturas de qualidade como barragens multiuso, diques de protecção contra cheias, estradas e ferrovias que facilitem a actividade económica, reduzam os custos de transação, criem emprego e promovam a integração nacional e regional e melhorem as condições de vida da população.

Nas condições em que Moçambique se encontra, a necessidade de garantir o acesso à energia para todos moçambicanos é primordial. É neste contexto que o Governo lançou, em 2018, o Pro-



grama Nacional de Energia para Todos, que preconiza o alcance do acesso universal até o ano de 2030. Este desafio assenta numa experiência de electrificação de todas as sedes distritais e dos progressos bastante encorajadores de elec-

trificar todos os postos administrativos até ao ano de 2024, situação que tem permitido o acesso à energia eléctrica para cerca de 2.5 milhões de beneficiários de novas ligações por ano.

É óbvio que o desejável seria cobrir maior número de beneficiários por ano, mas para além da disponibilidade limitada de recursos, há que tomar em consideração o equilíbrio entre os investimentos em novas infra-estruturas e a capacidade de garantir a cobertura de custos de operação e manutenção dessas mesmas infra-estruturas para a sustentabilidade do serviço de fornecimento de energia eléctrica.

A todos estes desafios, adiciona-se o desafio da transição energética, uma agenda global, mas com um peso político e económico que depende das condições existentes. Com efeito, num País com cerca de 60% da população sem acesso à energia eléctrica, pode ser paradoxal pedir a quem nunca teve acesso à energia eléctrica em casa para se pronunciar sobre a transição energética. Contudo, isto não deve constituir um factor de exclusão na abordagem das matérias relativas

à transição energética. Deve ser um motivo para melhor definição do foco das acções e prioridades da programação e mais ainda, das políticas de desenvolvimento. No contexto da transição energética, o Governo tem desenvolvido acções significativas para continuar a integrar o conjunto das nações não poluentes. “A nossa matriz energética tem como principais fontes o potencial hidroeléctrico, o gás natural e as energias renováveis. O Governo estabeleceu como meta para 2024 o aumento da capacidade de geração de energia de 600 megawatts, contemplando a promoção do investimento no domínio de energias renováveis para a instalação de 200 megawatts - solar, eólica e hídrica, e 450 megawatts provenientes dos gás”. O uso do gás natural para a geração de energia em Pemba, assim como em outros locais, terá um papel indispensável para assegurar a industrialização a médio e longo prazo e acesso à energia a custos confortáveis, de qualidade e sustentáveis, fundamentalmente para a população local e para cumprir com os objectivos de redução das emissões.

Presidente do Município de Pemba – Florete Motarua

Com os níveis de expansão da cidade de Pemba, associados aos desenvolvimentos dos projectos de gás natural liquefeito em Cabo Delgado, é, de facto, fundamental que haja uma transição para um sistema de electrificação inclusivo que forneça acesso à energia limpa e moderna, e que permita não apenas reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar das pessoas, mas também a melhoria da produtividade económica e a resiliência climática.

O edil de Pemba Florete Motarua realçou as boas relações de cooperação e amizade entre as cidades de Pemba e Aberdeen. Importa lembrar que no ano passado, as duas cidades assinaram um Memorando de Entendimento que prevê o desenvolvimento de um plano de acção bi-anual conjunto. As acções de cooperação incluem: estabelecimento de um grupo de trabalho técnico para a implementação e monitoria do memorando, troca de informação sobre questões económicas, educacionais e cívicas importantes, partilha das melhores práticas de governação local,



provisão de informação, assistência a potenciais empresas que explorem novas oportunidades numa recuperação económica pós-COVID-19 em cada jurisdição, desenvolvimento de um plano de acção centrado no crescimento económico, formação, capacitação e ligação directa entre empresas e o apoio do Conselho Municipal de

Aberdeen na adesão de Pemba à Parceria Cidades Energéticas do Mundo. “Por isso, no dia 7 de Fevereiro, tivemos a sessão de lançamento do processo de elaboração do plano de estrutura urbana no Município de Pemba, com uma visão de Pemba 2050. Portanto, uma cidade ordenada para uma transição energética efectiva”.

Director do NRGU Uganda – Dr. Paul Bagabo

Especialista em Governação de Recursos Naturais e Director do NRGU Uganda, Paul Bagabo abordou os desafios da governação do sector extractivo no contexto da transição energética. “A transição energética está chegando em um momento em que os países precisam de recursos para melhorar a vida de seus cidadãos e também para se tornarem resilientes à energia”.

A abordagem de Paul Bagabo foi baseada na experiência do Uganda, um país produtor de petróleo. Uganda descobriu petróleo em 2006 e actualmente tem cerca de 1,4 bilhões de barris de reservas comprovadas. Uganda tem exploração em andamento pelas empresas Oranto e Armor Energy.

Uganda pretende desenvolver uma refinaria doméstica e um oleoduto de exportação para equilibrar as necessidades internas com a necessidade de exportar parte do petróleo, já que estas são algumas das condições das empresas internacionais com as quais o País trabalha. A demanda no Uganda excede a oferta de uma refinaria de 60.000 bpd em qualquer cenário. O País também espera produzir GLP, pois a demanda é menor do que a produção esperada. Além disso, há planos de expansão da refinaria e isso resultaria em excesso de oferta.

Tudo isso está acontecendo no contexto da transição energética e afectará a capacidade do Uganda de beneficiar da produção de petróleo e o mesmo sucede com a produção de gás. “Tem havido especulações de que quando a transição energética começar levará à queda dos preços, mas actualmente os preços estão começando a subir, especialmente após a pandemia. A demanda por petróleo e gás está aumentando e os preços também estão aumentando, mas pre-



cisamos ter cuidado em saber até que ponto e quanto esses preços vão aumentar. É aí que começarão os desafios para os países em relação à transição energética. Se o petróleo continuar a subir acima de US\$ 60, será bom para os países produtores, porque eles receberão receitas para alavancar o desenvolvimento económico”.

No entanto, também pode haver desafios. As análises mostram que actualmente existem bons preços, mas a demanda pode começar a cair quando os países começarem a tentar atingir as metas de mudança climática. Isso pode começar a diminuir a demanda e os preços também podem começar a cair. “Portanto, para petróleo e gás, é preciso notar para que, uma vez iniciada a transição energética, podemos começar a ver uma queda na demanda, porque a maior parte

da nossa produção de petróleo não é consumida nos países ou na região, mas é exportada para países mais desenvolvidos”.

Alcançar os objectivos de desenvolvimento e transição energética é um desafio. “Vemos muito da experiência global que, uma vez que a demanda cai, os preços caem. Então, enquanto você tenta alcançar a transição energética, pode haver um desafio em alcançar os objectivos de desenvolvimento dos países. As companhias petrolíferas nacionais são importantes. A maior parte do impacto da transição energética é transmitida através das empresas petrolíferas nacionais porque representam o interesse do país”.

O IMPACTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O especialista em Governança de Recursos Naturais e Director do NRGI Uganda não tem dúvidas de que os novos produtores irão precisar mercados para exportar a sua produção. “A demanda cairá nos países importadores e o capital que poderia ter sido levantado nesses países para investir no sector petrolífero começará a diminuir. E quando isso acontecer, haverá um risco para o país de não desenvolver os projectos que existem para produzir o petróleo. Então, haverá uma grande tentação de os países usarem recursos públicos para investir através das empresas petrolíferas nacionais, porque estão ansiosos para ver a produção de petróleo”.

E há também a tentação de apostar em grandes receitas do Governo nas decisões de finanças públicas (por exemplo, quanto emprestar). Então, qual poderia ser o resultado? “Queda geral das receitas do Governo, pois não haverá demanda; Menor retorno dos investimentos públi-

cos; Activos encalhados; Retorno abaixo do ideal no conteúdo local. Na verdade, o maior desafio é que enquanto os países pobres podem beneficiar dos recursos provenientes do gás natural, os países mais desenvolvidos que estão pressionando pela transição energética percebem que ainda há risco de emissões e isso é um dilema para muitas nações.

Como principais recomendações, Paul Bagabo defende que (1) o investimento das empresas petrolíferas nacionais em energias renováveis pode impulsionar a transição energética e prover uma participação, mas pode ser contraproducente em alguns casos, pois elas podem ter que usar muito dinheiro. Algumas empresas estatais estão buscando investimentos em energias renováveis. Às vezes, esses investimentos podem reforçar energias limpas e dar às empresas estatais uma participação na transição energética, tornando a empresa menos propensa a resistir à mudança; (2) Pensar com cuidado antes de pressionar por um papel central para uma empresa estatal nos planos de energias renováveis do País. Muitas empresas estatais não têm as capacidades e incentivos financeiros, institucionais e técnicos para impulsionar o crescimento das energias renováveis, e existe o perigo de expulsar outros actores privados. A transição energética cria enormes riscos para muitas empresas estatais, mas os tomadores de decisão não os percebem porque seus interesses e incentivos estão vinculados ao status quo; (3) abordar os vieses cognitivos ajudando os líderes a ver o potencial positivo de criar e prosperar em um futuro de baixo carbono e capacitando as empresas estatais e os líderes governamentais a serem bem-sucedidos.

Presidente da Câmara de Energia de Moçambique – Florival Mucave

“Moçambique é um dos países menos desenvolvidos do mundo e pensávamos que o gás da bacia do Rovuma poderia trazer uma rápida mudança no nosso destino. É muito difícil para nós ter que sentar hoje para perceber que talvez não seja bom o suficiente ter o gás. Quando começamos a conversar sobre o que significa a transição energética para Moçambique, país que agora tem aproximadamente a quarta maior reserva de gás do mundo, nos perguntamos o que isso significa para nós. Claramente, na perspectiva da Câmara de Energia de Moçambique, esta transição energética tem de ser justa, o que significa que temos de ter em conta as especificidades de cada País”, defendeu Florival Mucave, Presidente da Câmara de Energia de Moçambique.

“Estávamos a olhar para as reservas da bacia do Rovuma e a pensar que o nosso PIB poderia duplicar até 2023 e Moçambique seria um país de rendimento médio. Essas estimativas foram feitas com base no número de trens que serão desenvolvidos na Área 1 e na Área 4. Claro que isso foi baseado nas perspectivas de iniciar a produção em 2021. Hoje estamos numa situação em que todas essas estimativas e a esperança de se tornar um país de renda média até 2023 podem ser prejudicadas porque temos que ade-



rir às expectativas e preocupações internacionais sobre as mudanças climáticas. Acreditamos e concordamos plenamente que as alterações climáticas são um grande desafio para Moçambique. A questão que se coloca é como conciliar as mudanças climáticas com os desafios do desenvolvimento e é isso que a Câmara de Energia de Moçambique está analisando hoje.”



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Américo Maluana
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

